

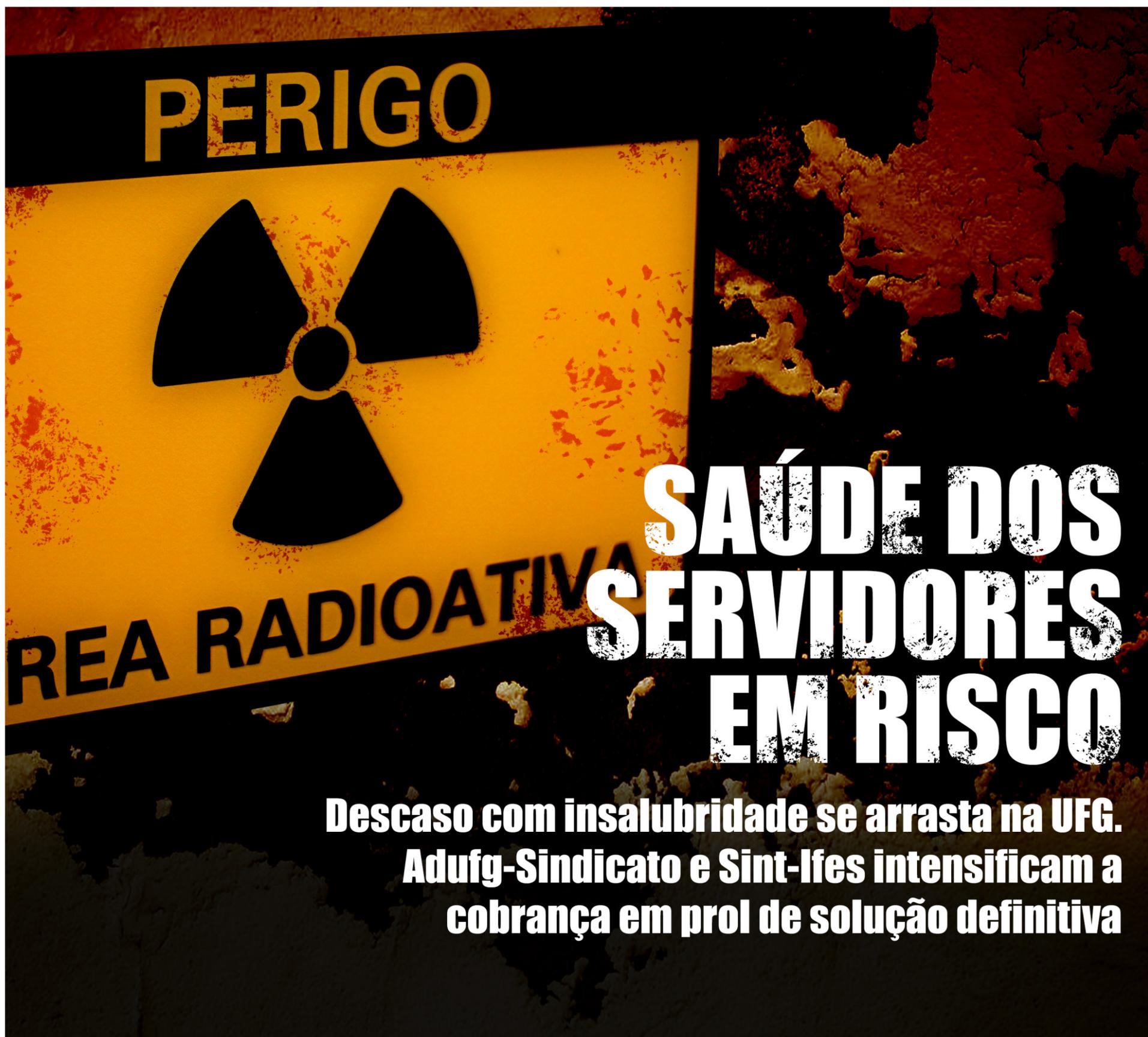
# Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS - ANO XI- Nº 80 - FEVEREIRO DE 2023

    @adufgsindicato

**ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

Páginas 8 e 9



#### REAJUSTE

GOVERNO E ENTIDADES SINDICAIS COMEÇAM NEGOCIAÇÃO POR RECOMPOSIÇÃO SALARIAL

Página 6

#### EXTENSÃO

UFJ PROMOVE ESPORTE EDUCACIONAL PARA A COMUNIDADE

Página 7

#### DESAFIOS

DÉFICIT DE DOCENTES E PROBLEMAS DE ESTRUTURA FÍSICA NO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA UFG

Página 11

#### TRAJETÓRIA

CONHEÇA A PRIMEIRA E ÚNICA MULHER A DIRIGIR A ESCOLA DE VETERINÁRIA E ZOOTECNIA DA UFG

Página 16

## Prestação de contas

### Setembro de 2022

1 Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros		
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	386.519,03
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	600,00
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.376,43
1.4	Receitas Financeiras	14.260,23
1.5	Outras Receitas	8.868,46
1.6	Resgate de aplicações financeiras	179.906,79
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	2.980,44
<b>Total R\$</b>		<b>588.550,50</b>

2 Custos e Despesas Operacionais		
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	103.777,38
2.1.2	Encargos Sociais	48.488,72
2.1.3	Seguro de Vida	673,23
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	1.263,37
2.1.5	Ginástica Laboral	758,74
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	12.690,19
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	1.069,65
<b>Total R\$</b>		<b>168.721,28</b>

2.2 Serviços Prestados por Terceiros		
2.2.1	Cessão de Uso de Software	2.700,98
2.2.2	Despesas com Correios	407,95
2.2.3	Energia Elétrica	5.997,45
2.2.4	Honorários Advocatícios	11.549,20
2.2.5	Honorários Contábeis	4.735,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	400,00
2.2.7	Serviços Gráficos	350,00
2.2.8	Honorários de Auditoria	0,00
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	6.272,90
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	695,17
2.2.11	Vigilância e Segurança	698,69
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	833,60
2.2.13	Serviços de Informática	3.168,15
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	1.500,00
2.2.15	Água e Esgoto	5.002,94
<b>Total R\$</b>		<b>44.312,03</b>

2.3 Despesas Gerais		
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	5.475,35
2.3.2	Despesas com Táxi	442,14
2.3.3	Despesas com Coral	10.546,04
2.3.4	Despesas com Grupo Travessia	536,34
2.3.5	Diárias de Viagens	11.151,00
2.3.6	Tarifas Bancárias	1.041,49
2.3.7	Lanches e Refeições	4.575,59
2.3.8	Sextart	610,04
2.3.9	Patrocínios e Doações	26.142,75
2.3.10	Manutenção de Veículos	705,22
2.3.11	Festa do Professor	29.197,22
2.3.12	Festa Final de Ano	6.500,00
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	13.491,39
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	4.310,94
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campestre	14.658,44
2.3.16	Hospedagens Hotéis	1.732,55
2.3.17	Material de expediente	1.649,96
2.3.18	Outras despesas diversas	6.858,63
2.3.19	Manutenção e Conservação	6.131,47
2.3.20	Homenagens e Condecorações	320,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	5.059,80
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	2.628,89
2.3.22	Despesas com eleições	0,00
2.3.23	Cópias e autenticações	0,00
2.3.24	Festa do Professor Sd. Adm. Jataí	2.750,00
2.3.25	Sextart Catalão	0,00
2.3.26	Despesas com Manifestações	4.388,00
2.3.27	Encontro Nacional PROIFES-FEDERAÇÃO	0,00
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	1.667,45
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	0,00
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	5.009,79
<b>Total R\$</b>		<b>167.580,49</b>

2.4 Despesas Tributárias		
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	5.600,11
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	1.396,74
<b>Total R\$</b>		<b>6.996,85</b>

2.5 Repasse Fundo Social e Contribuições		
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	4.848,00
2.5.3	Proifés Federação	26.109,14
<b>Total R\$</b>		<b>30.957,14</b>

<b>Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$</b>	<b>418.567,79</b>
<b>3 Resultado do exercício 09.2021 (1-2)</b>	<b>169.982,71</b>

4 Atividades de Investimentos		
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	4.500,00
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	1.429,00
4.1.3	Veículos	0,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	0,00
4.1.5	Computadores e Periféricos	13.449,94
4.1.6	Outras Imobilizações	26.532,44
<b>Total R\$</b>		<b>45.911,38</b>

4.2 Intangível		
4.2.1	Programas de Computador	0,00
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
<b>Total R\$</b>		<b>0,00</b>

4.3 Aplicações Financeiras		
4.3.1	Aplicação	60,00
<b>Total R\$</b>		<b>60,00</b>

<b>Total Geral dos Investimentos R\$</b>	<b>45.971,38</b>
<b>5 Resultado Geral do exercício 09.2022 (3-4)</b>	<b>124.011,33</b>

Os valores contidos nestes relatórios estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

## EDITORIAL

### DIÁLOGO RESGATADO

Após seis anos sem qualquer diálogo por parte dos últimos dois governos, os servidores públicos federais começaram 2023 com uma nova perspectiva: a reabertura das negociações pelo reajuste salarial. Com a retomada das negociações, o Governo Federal se compromete com a reconstrução de canais participativos, onde sejam tratados conflitos e demandas decorrentes das relações de trabalho na administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

O primeiro passo foi a abertura de negociação do reajuste salarial dos servidores do Executivo. Especificamente em relação aos professores das universidades federais, a última negociação salarial foi feita em 2015. Na época, foi celebrado um acordo cuja duração foi até 2017. Atualmente, as perdas salariais da categoria ultrapassam 41%.

Os docentes enfrentam, ainda, os cortes orçamentários deixados pelo último governo, que colocam em risco o funcionamento das universidades. Há, ainda, problemas relacionados às condições de trabalho.

Neste sentido, a edição 80 do Jornal do Professor, traz, em sua reportagem de capa, um panorama dos problemas com o pagamento do adicional de insalubridade na Universidade Federal de Goiás. Os benefícios devem ser garantidos aos servidores que atuam em ambientes insalubres, expostos a diversos riscos à saúde. A reportagem também visitou algumas unidades da instituição de ensino para registrar as condições físicas de locais onde servidores atuam em situação de risco à saúde.

A publicação também conta com as últimas notícias sobre a atuação do Adufg-Sindicato e a Proifés-Federação, bem como das ações da UFG, da UFJ e da UFCAT. Estão disponíveis, ainda, artigos de opinião de diferentes assuntos de interesse da comunidade acadêmica.

### Boa leitura!

**Redação:** (62) 3202-1280

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

**Adufg**  
SINDICATO

**PROIFES**  
FEDERAÇÃO

**CUT**  
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES  
BRASIL

20ª Diretoria Executiva  
Sindicato dos Docentes das  
Universidades Federais de Goiás

**Geci Silva**  
Diretor Presidente

**Luciene Dias**  
1ª Vice-presidenta

**Luís Contim**  
2º Vice-presidente

**Ricardo Moura**  
3º Vice-presidente

**Gláucia Carielo**  
Diretora secretária

**Tatiana Fiuza**  
Diretora de Comunicação, Promoções  
Sociais, Culturais e Científicas

**Flávio Silva**  
Diretor Administrativo

**Maria José Pereira**  
Diretora de Assuntos  
Educação e de Carreira

**Romualdo Pessoa**  
Diretor Financeiro

**André Geyer**  
Diretor de Convênios e de  
Assuntos Jurídicos

**Ana Kratz**  
Diretora de Assuntos de  
Aposentadoria e Pensão

**Geovana Reis**  
Diretora de Relações  
Interinstitucionais

## Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS  
DOCENTES DAS UNIVERSIDADES  
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO XI - Nº 80

FEVEREIRO DE 2023

Professor Juarez Ferraz de Maia  
**Idealizador do projeto**

Cleomar Nogueira  
**Projeto gráfico original**

Rafael Vaz  
**Editor responsável**

Vinicius Braga (JP 3219 GO)  
**Reportagem/Edição**

Lígia Saba  
**Reportagem**

**Revisão:** Hélio Furtado do Amaral

**Fotografias:** Erik Ely

**Diagramação:** Raphael Dourado

**Data de fechamento:** 28/02/2023

**Tiragem:** 2500 exemplares

**Impressão:** Stylo Gráfica

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova -  
Goiânia - Goiás - (62) 3202-1280

**Acompanhe nossas redes sociais:**  
@adufgsindicato

**www.adufg.org.br**



**Francisco Tavares**  
Professor da Faculdade de  
Ciências Sociais da UFG

As ações atentatórias ao Estado Democrático de Direito, aos poderes constituídos da República e à cidadania efetivadas em 8 de janeiro de 2023 por agentes de extrema direita identificados politicamente com o ex-Presidente Jair Bolsonaro devem ser objeto de veemente reprovação política e rigorosa responsabilização jurídica, a alcançar todos os seus partícipes, em especial financiadores, organizadores, idealizadores e agentes, civis e militares, que contribuíram, omissiva ou comissivamente, para tão ultrajante episódio.

O episódio exige, igualmente, um exame acerca das ações necessárias às instituições e à sociedade civil com vistas à defesa de uma sociedade regida pelo primado da legitimização democrática dos governos e do respeito aos direitos fundamentais como parâmetros de convivência social. Nesse esforço, é pertinente o resgate de um consenso tão raro como sólido em distintas variantes da Teoria do Estado, capaz de irmanar correntes oscilantes desde a sociologia compreensiva de Weber ao materialismo de Marx, chegando a leituras neoconservadoras e estruturalistas. Trata-se do reconhecimento de que o Estado Moderno se define ao redor de dois atributos fundamentais, nomeadamente o monopólio dos meios de exercício da violência legítima e o monopólio da tributação.

Quanto à relação entre Estado e força, é pacífico o entendimento de que a democracia pressupõe o mais rígido controle civil e popular sobre as instituições militares. Um autor neoconservador chamado S. Huntington é preciso ao afirmar que a atuação de militares em temas de

ordem política se define como um signo de que se está sob um Estado autoritário. Assim, o caminho brasileiro em direção ao aperfeiçoamento da nossa democracia pressupõe uma realidade em que as Forças Armadas sejam obedientes ao poder civil, aceitem os trabalhos de memória e responsabilização sobre atos praticados em seus quadros desde 1964 e em nenhuma hipótese voltem a tolerar ações como os acampamentos golpistas que se ergueram em suas imediações.

Já em relação ao monopólio da tributação, estudos de economistas como T. Piketty indicam que a redução de desigualdades por meio de práticas redistributivas capazes de conduzir as sociedades a um cenário menos iníquo é condição inarredável para que levantes desordeiros contra as ordens democráticas e o ascenso de populismos de extrema direita não tenham lugar.

Em síntese, para se evitar que os lamentáveis fatos ocorrentes se repitam é urgente um consenso de toda a população brasileira em favor de medidas que alcancem dois amplos propósitos: i) controles democráticos e despolitização das Forças Armadas, com responsabilização, memória e reparação em relação aos abusos pretéritos e; ii) implementação de mecanismos tributários capazes de promoverem um mínimo de equidade sócio-econômica, de modo a garantir a estabilidade e harmonia do nosso tecido social.

Assim, as seguintes medidas são urgentes:

1) A definitiva destituição do sr. Governador do Distrito Federal, em razão de omissões responsabilizáveis que atentaram contra a vida,

## DEMOCRACIA SEMPRE!

a segurança e a liberdade do povo brasileiro. É igualmente importante a responsabilização de todos os profissionais da Polícia Militar daquela unidade federativa que possam ter contribuído, por inépcia ou conivência, com as invasões às sedes dos Poderes da República.

2) É imperiosa a investigação e eventual responsabilização dos servidores públicos, em especial militares, que toleraram a organização de acampamentos golpistas nas adjacências de quartéis, o que facilitou a execução de atos preparatórios à investida violenta contra os três Poderes da República.

3) É necessária a investigação e responsabilização de todos os financiadores, organizadores e agitadores da insurgência de linhagem fascista, alcançando-se os respectivos canais de custeio, operacionalização logística e suporte mediático.

A ciência sócio-fiscal comprova que o Estado, em sua definição moderna, se condensa em duas dimensões: o monopólio da força e o monopólio da tributação. É nosso dever, desse modo, alertar o Governo legítimo do Presidente Lula que os alvissareiros e exemplares rumos adotados pela gestão iniciada em 1º de janeiro de 2023 pressupõem, para se realizarem, que a Defesa não esteja sob a liderança de pessoas vinculadas ao bolsonarismo e a reforma tributária não se limite a meras alterações técnicas restritas à tributação sobre o consumo, mas anódinas quanto à reversão das nossas desigualdades e quanto à inclusão da sociedade civil nos processos decisórios fiscais.

## SER ORGÂNICO NÃO É FÁCIL!

A crescente preocupação com a saúde na sociedade brasileira fez com que a chamada agricultura orgânica, que produz alimentos livres de produtos químicos, se tornasse cada vez mais presente na economia brasileira. Segundo a Euromonitor, empresa que pesquisa cenários econômicos globais, o Brasil já é o 4º consumidor mundial de alimentos orgânicos, cujo mercado fatura cerca de U\$ 0,8 bilhões por ano, ante U\$ 97 bilhões no resto do mundo.

Além de alimentos mais saudáveis, a produção orgânica promove diversos benefícios ambientais, como a preservação da biodiversidade, a manutenção da qualidade das águas e a redução de processos erosivos. Esse tipo de produção aumenta a quantidade de matéria orgânica no solo favorecendo a retenção de água e nutrientes.

Entretanto, se por um lado, produzir alimentos pelo chamado plantio convencional, com o uso de sementes transgênicas, adubos químicos e um extenso leque de agrotóxicos, basta ir a uma loja, por outro lado, para ser um produtor orgânico não é fácil. Pesquisa realizada pelo Sebrae mostra que esses produtores têm dificuldade em obterem financiamentos, comprarem insumos

apropriados para o plantio, terem locais adequados para a comercialização e, ainda, serem atendidos por uma assistência técnica adequada em suas lavouras.

Além disso, nos últimos 30 anos foram realizadas diversas reuniões, criadas incontáveis comissões e elaboradas inúmeras regulamentações para tratar da agricultura orgânica. Com isso, atualmente, não faltam leis, decretos, portarias e instruções normativas para que alguém se torne um produtor orgânico.

O Decreto nº 6.323/2007, que regulamenta a Lei nº 10.831/2003, e que dispõe sobre a agricultura orgânica, estabelece, entre várias outras coisas, que nas unidades de produção orgânica deve ser observado o acesso dos trabalhadores aos serviços básicos, em ambiente de trabalho com segurança, salubridade, ordem e limpeza. Uma diretriz necessária e básica, que poderia também ser aplicada com a mesma clareza a qualquer tipo de processo produtivo.

Define ainda que serão criadas normas para contemplar a produção animal e vegetal, bem como o processamento, envase, rotulagem, transporte, armazenamento e

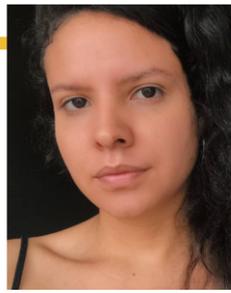
comercialização de produtos orgânicos. Esse grau de cuidado e de detalhamento deveria ser aplicado a todas as cadeias produtivas de alimentos.

Dentro ainda desta grande teia jurídica, em que só aranhas humanas conseguem tecer, a Instrução Normativa Interministerial nº 28/2011 traz, além de outras obrigações, que todas as unidades de produção orgânica devem dispor de Plano de Manejo Orgânico atualizado, contemplando temas como o histórico de utilização da área, a manutenção ou incremento da biodiversidade e o bem-estar dos organismos aquáticos. Se todos os tipos de atividades rurais tivessem esse grau de cuidado estaríamos em um oásis ambiental.

Não se justifica colocar a lupa sobre algo que precisa muito mais de apoio do que de restrições. Discussões burocráticas e realizadas em gabinetes muitas vezes inviabilizam a boa intenção e a necessária mudança nos processos produtivos. O bom senso deve sempre orientar que as exigências devem ser proporcionais às realidades e que a sustentabilidade se busca pelo caminho do meio e não dos extremos.



**Emiliano Lobo de Godoi**  
Professor da Escola de Engenharia  
Civil e Ambiental da UFG



## EXPOSIÇÃO “JORNAL 4º PODER: 60 ANOS” RESGATA DETALHES DOS TRÊS PRIMEIROS ANOS DE VIDA DA UFG

*Autores: Adriana Parada, Luana Cássia Miranda Ribeiro,  
Luisa Guimarães e Pablo Fabião Lisboa*

O resgate da história das universidades públicas brasileiras tem sido foco de várias instituições por apresentar contextos específicos de transformação social, principalmente naquelas criadas no período pré-ditadura. No ano de 2022, a UFG completou os seus 62 anos. Seu processo de estruturação se deu sob o olhar visionário de Colemar Natal e Silva, que nos quatro anos de sua atuação como reitor criou os alicerces fundamentais que sustentam nossa instituição até os dias atuais.

Entre tais bases, destacam-se a Imprensa Universitária e o Jornal 4º PODER, veículo de comunicação voltado para a comunidade acadêmica e sociedade, que ganhou o seguinte destaque pelo Reitor Colemar: “A história da Universidade Federal de Goiás está toda nas páginas do 4º PODER. Fácil será o estudioso de amanhã refazer os caminhos percorridos e etapas vencidas através da crônica viva de uma época de realizações.”

Norteadas pelas palavras de nosso primeiro reitor, foi idealizada a exposição comemorativa dos 62 anos da UFG e dos 60 anos da criação da imprensa universitária “Jornal 4º PODER: 60 Anos”, que propõe um mergulho na história de nossa instituição a partir deste jornal que existiu durante os três primeiros anos da universidade.

A exposição ficou em cartaz até 28 de fevereiro no saguão da reitoria da UFG e tem uma expografia desenhada a partir de sete capas e uma edição na íntegra do jornal, que pode ser levada para casa.

A partir das capas ampliadas é possível visualizar manchetes como “Hospital das Clínicas da UFG: audaciosa iniciativa em prol da assistência médico-hospitalar”, “Ministro Paulo de Tarso inaugurou várias obras educacionais em Goiânia”, “Forma-se primeira turma da Faculdade de Direito da UFG”, e tantas outras que funcionam como ferramentas de rememoração da história da nossa já não mais tão jovem UFG.

A importância da exposição se dá pelo fato de que o jornal 4º PODER foi o primeiro veículo de comunicação da UFG. Criado pelo Departamento de Imprensa da UFG em dezembro de 1962 após a inauguração do que à época era o maior parque gráfico da região Centro-Oeste, marcou a consolidação da Imprensa Universitária e contou com colaboradores notáveis como Bernardo Élis, Marietta Telles Machado, Gilberto Mendonça Teles, Horieste Gomes e Zoroastro Artiaga, até o seu fechamento definitivo em 1964 com o golpe militar que descontinuou muitas ações democráticas existentes até então.

O golpe militar que precipitou o fechamento do Jornal 4º PODER invadiu as estruturas de governança da UFG, se estendendo para perseguições aos docentes que eram vistos como “comunistas” e servindo de instrumento para que o governo militar acabasse também com o CEB - Centro de Estudos Brasileiros. O caminho para as exonerações foi o AI-1, assinado em 9 de abril de 1964, determinando a demissão de professores e outros servidores.

Esta exposição foi criada para ser visualizada, mas também para

ser experienciada. Além do público ter a oportunidade de ver as capas do jornal, que foram expandidas graças a um processo de digitalização profissional, os visitantes podem ler em detalhes e depois levar consigo um fac-símile da edição 64, publicada em 14 de dezembro de 1963. A experiência do usuário é induzida pela produção de uma banca de jornal típica da década de 1960, onde jornais eram pendurados em arames fixados em uma estrutura metálica.

Reconhecendo a importância da democratização do acesso, e visando maior alcance pela sua importância, a exposição foi ampliada para o formato digital, onde o público poderá navegar no tour 360º disponível no site [digitallab.ufg.br](http://digitallab.ufg.br). Além disso, já programada a próxima etapa do projeto que é a disponibilização do acervo documental digitalizado nas plataformas Tainakan da UFG e Hemeroteca do IHGG, aberto para consultas com acesso gratuito e universal. A disponibilização online do material jornalístico em meio digital possibilita que pessoas com baixa visão ou com alguma limitação de locomoção tenham acesso ao acervo do jornal, podendo realizar pesquisas a partir de qualquer computador com acesso à internet e podendo ampliar (zoom) as edições, criando condições de uma leitura mais confortável. Os arquivos em PDF serão gerados com recursos de refluxo e acessibilidade e os vídeos serão disponibilizados com legendas descritivas e com as #paratodosverem.

Tendo como pilares a liberdade de ideias e o debate, as páginas do jornal 4º PODER revelam a complexidade de um contexto sociopolítico específico de produção cultural, tanto dentro quanto fora da UFG. Por essa razão, considera-se que o periódico tem “valor de preservação”, contendo elementos que se enquadram como patrimônio histórico, bibliográfico, artístico e cultural que revelam aspectos

importantes da memória da UFG.

A exposição foi possível graças ao Projeto de Digitalização do Acervo do Jornal 4º PODER, coordenado por Ana Clara Britto e Luisa Guimarães, contemplado pelo Edital de Letras Aldir Blanc - Concurso nº 13/2021 - SECULT-GOÍÁS - Secretaria Especial de Cultura - Governo Federal.

A digitalização das capas em alta resolução foi feita por meio de uma parceria entre o Coletivo Koskatl, o Arquivo Histórico Estadual de Goiás e a UFG. Assinam a curadoria da exposição: Adriana Parada, Luana Cássia Miranda Ribeiro, Luisa Guimarães e Pablo Fabião Lisboa.

O acervo a partir do qual foi realizado o recorte curatorial para a presente exposição conta com 55 edições completas e 73 capas. A gestão do acervo incluiu a conservação (higienização, restauração e acondicionamento), a catalogação, a digitalização, a disponibilização ao público e a doação dos exemplares à UFG. As capas da exposição, as fotos do lançamento e alguns textos do Caderno Literário do jornal 4º PODER podem ser acessados pelo site: [jornal4poder.redelivre.org.br](http://jornal4poder.redelivre.org.br)

“TENDO COMO PILARES  
A LIBERDADE DE  
IDEIAS E O DEBATE, AS  
PÁGINAS DO JORNAL  
4º PODER REVELAM  
A COMPLEXIDADE  
DE UM CONTEXTO  
SOCIOPOLÍTICO  
ESPECÍFICO DE  
PRODUÇÃO CULTURAL,  
TANTO DENTRO  
QUANTO FORA DA UFG.”



# Contexto

Movimento Sindical, Articulação Docente,  
Conjuntura Política, Carreira, Jurídico, Cultura.

Por Flávio Silva

## Cadê a solução?

A reportagem de capa desta edição do Jornal do Professor escancara, mais uma vez, os graves problemas encontrados na Universidade Federal de Goiás (UFG) com o pagamento dos adicionais ocupacionais e a conversão de tempo especial em tempo comum aos servidores em atividades de exposição a agentes nocivos à saúde. Não é a primeira vez que o tema é abordado. O Adufg-Sindicato e o Sint-Ifesgo intensificaram as ações na busca por uma solução definitiva para a questão.

## Não é favor

Importante deixar bem claro que os adicionais fazem parte de um conjunto de conquistas históricas dos servidores e servidoras que trabalham em ambientes onde são expostos a riscos. Não conceder um direito tão importante aos docentes e técnicos é um ato extremamente injusto.

## Diálogo

Passados dois meses de governo, é possível perceber as diferenças da atual gestão com a anterior. Depois de quatro anos sem qualquer chance de negociação salarial, o Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos reabriu a Mesa Nacional de Negociação Permanente para tratar do reajuste salarial dos servidores. A luta continua!

## Nomeação

A candidata cotista aprovada em concurso público da UFG – cuja posse havia sido suspensa por decisão judicial –, foi nomeada e já tomou posse no cargo de docente da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC). O Adufg foi uma das entidades que saíram em defesa de Gabriela Marques Gonçalves. Na época, a entidade emitiu posicionamento pedindo o cumprimento da Lei nº 12.990/2014, que reserva, a pessoas negras, 20% das vagas disponibilizadas em concursos públicos para cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta e indiretamente.

## Merecido

O professor Laerte Guimarães (IESA-UFG) foi escolhido como

novo diretor de Programas e Bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A pasta é responsável pela concessão de bolsas voltadas às instituições de ensino, por meio de projetos, como o Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap), que financia atividades de pós-graduação no País, proporcionando melhores condições para a formação de recursos humanos.

## Aposentados I

Em fevereiro, o Adufg-Sindicato e a Proifes-Federação pediram ao ministro da Previdência, Carlos Lupi, a revogação do decreto 10.620/21, que transferiu para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a competência para a concessão e manutenção das aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) das autarquias e fundações públicas da União. O decreto é um retrocesso, uma vez que torna os processos de aposentadorias morosos e pode afetar, também, a autonomia universitária.

## Aposentados II

Também foram abordados, entre outros assuntos, a alteração jurídica da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp). Os dirigentes sin-

dicais pediram, ainda, apoio de Carlos Lupi para aprovação da PEC555/06, que prevê o fim da cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados.

## Consignado

A Caixa Econômica Federal não vai mais oferecer empréstimos consignados vinculados ao Auxílio Brasil. O banco estatal anunciou a retirada definitiva desse tipo de crédito do portfólio de serviços. Empréstimos já concedidos pelo banco seguem ativos. O empréstimo foi criado no final do governo Bolsonaro e foi classificado pela nova presidente da Caixa, Rita Serrano, como uma ação de “cunho eleitoreiro”.

## Igualdade salarial

O presidente Lula afirmou que apresentará uma proposta de lei para garantir que mulheres recebam salários iguais aos de homem caso exerçam a mesma função no trabalho. O texto da proposta não foi detalhado e terá que ser analisado pelo Congresso Nacional.

## Deboche

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) reclamou do salário de R\$ 33 mil, que recebeu como chefe do Executivo. Depois de tudo o que ele fez de ruim e de tudo que

ele deixou de fazer de bom pelo País, sua reclamação é um grande escárnio.

## Sem noção

O ex-presidente Michel Temer, que conspirou pelo golpe contra Dilma Rousseff, tem feito de tudo para convencer a cúpula do MDB a produzir um documentário sobre seu suposto legado. No entanto, nem mesmo os membros do partido parecem muito interessados na ideia. Afinal, Temer deixou o governo com 80% de impopularidade e viu a bancada da Câmara cair de 65 para 34 deputados.

## Bom exemplo

A catástrofe no litoral de São Paulo, que até agora registra 47 mortes, deixa na política brasileira um exemplo edificante: a forma civilizada com que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) se comportaram na condução compartilhada das medidas de reconstrução das cidades atingidas. Ao invés do distanciamento e até troca de insultos, como ocorreu recentemente entre Bolsonaro e o ex-governador João Doria em plena pandemia, os dois atuais governantes participaram de encontros e definiram medidas de comum acordo para minimizar o sofrimento coletivo.



Candidata cotista aprovada em concurso público da UFG, Gabriela Marques tomou posse como docente da FIC-UFG

# ESPERANÇA É REACESA E LUTA PELA VALORIZAÇÃO DA CATEGORIA SE INTENSIFICA

REAJUSTE SALARIAL ESTÁ ENTRE AS PRINCIPAIS DEMANDAS E O ADUFG-SINDICATO CONTINUA VIGILANTE PARA QUE, DE FATO, SEJA EFETIVADO



*Adufg-Sindicato e Proifes-Federação têm participado ativamente do diálogo entre servidores públicos e governo*

Vinícius Braga

“Nós estamos começando um novo momento. Eu sei do obscurantismo que vocês viveram nesses últimos quatro anos e eu quero dizer que estamos saindo das trevas para voltar à luminosidade de um novo tempo”. A fala do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), durante reunião com reitores de universidades e de institutos federais, em janeiro, expressa uma esperança para a comunidade acadêmica, a qual viveu tempos sombrios no último governo, marcado pela defasagem salarial, bloqueios orçamentários, desvalorização dos professores e descaso com a Educação e Ciência.

Neste atual momento, a categoria carrega uma série de demandas para restabelecer o seu fortalecimento, mas reconhece que há muito trabalho pela frente. “Fomos confrontados, colocados como inimigos, uma classe que doutrina negativamente. E isso, obviamente, não corresponde à realidade. Tenho perspectivas positivas em relação ao atual governo, muito mais pela comparação ao que vivemos nos quatro últimos anos. Mas sei que teremos um longo caminho até que importantes pautas sejam levadas em conta”, afirma o professor Robert Bonifácio, da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Um dos maiores desafios, segundo ele, diz respeito à questão salarial. Docentes efetivos do magistério superior (universidades federais) e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT/institutos federais) estão com os salários defasados em mais de 40%, considerando as perdas acumuladas desde 2015, descontados os reajustes obtidos no acordo firmado entre Governo Federal e Proifes-Federação.

“Vivemos um total descaso. Outras categorias garantiram reajuste salarial, como as do Judiciário, enquanto nós sequer fomos recebidos para uma conversa. Então, sem

dúvidas, a questão salarial deve ser uma das pautas prioritárias, devendo ter, inclusive, um plano de reajuste para os próximos quatro anos”, defende o professor.

## Reajuste salarial

Um dos primeiros passos do governo Lula neste ano foi a retomada da Mesa Nacional de Negociação Permanente do governo com servidoras e servidores públicos federais. A reabertura marcou o início das negociações com o governo para o reajuste salarial dos servidores. “É um momento muito aguardado por todos nós, uma vez que marca a retomada do diálogo com o movimento sindical. Com isso, temos a chance de apresentar nossas demandas”, avalia a diretora de Assuntos Interinstitucionais do Adufg-Sindicato, professora Geovana Reis.

A primeira reunião da Mesa foi realizada no dia 16 de fevereiro no Ministério da Gestão e Inovação em Serviços públicos e foi conduzida pelo secretário de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, Sérgio Mendonça. O encontro contou com a presença de representantes sindicais, entre eles o Adufg-Sindicato e a Proifes-Federação.

Em seguida, o Governo Federal propôs reajuste de 7,8% nos salários e de 43,6% no vale-alimentação dos servidores públicos. O secretário também sinalizou que a proposta de reajuste linear deveria valer somente para 2023. Segundo ele, a ideia é que, a partir do próximo ano, o reajuste seja discutido em reuniões específicas com cada categoria de servidores.

No dia 28 de fevereiro, governo e entidades que representam os servidores voltaram a se reunir para tratar do assunto. As entidades defenderam um índice maior de reajuste. Na ocasião, os representantes do Governo Federal afirmaram que será apresentada uma nova proposta. Outra reunião para dar sequên-

cia no âmbito das negociações foi marcada para o início do mês de março.

## Bolsas

Outra urgência apontada pelo professor Robert Bonifácio diz respeito à valorização da Ciência, com o desbloqueio de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e retomada dos orçamentos destinados à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

“O campo da Ciência e da Tecnologia sofreu muito nos últimos anos. Os cortes nas bolsas do CNPq e da Capes evidenciam o descaso com aqueles que fazem pesquisa no Brasil. Por causa desta desvalorização, estamos perdendo cérebros. É preciso entender que, investindo em formação científica, teremos mais conhecimento, mais produção e transformação”, diz o professor.

Em relação às bolsas de pós-graduação, o governo federal anunciou o reajuste no dia 16 de fevereiro. Os valores estavam congelados havia 10 anos. Para as bolsas de mestrado e doutorado da Capes e do CNPq, o percentual é de 40%. Para outros níveis de ensino, também há reajustes em dimensões distintas.

No caso do mestrado, o valor sairá de R\$ 1.500 para R\$ 2.100. No doutorado, de R\$ 2.200 para R\$ 3.100. Já nas bolsas de pós-doutorado, o acréscimo será de 25%, com aumento de R\$ 4.100 para R\$ 5.200.

Os alunos de iniciação científica no ensino médio também vão se beneficiar. Serão 53 mil bolsas para estimular jovens estudantes a se dedicar à pesquisa e à produção de ciência, que vão passar de R\$ 100 para R\$ 300. Na graduação no ensino superior, as bolsas de iniciação científica terão acréscimo de 75%. Vão passar de R\$ 400 para R\$ 700.

# PROJETO DA UFJ PROMOVE ESPORTE EDUCACIONAL PARA COMUNIDADE INTERNA E EXTERNA

INCLUINDO O ESPORTE NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, INICIATIVA TRAZ MELHORIAS PARA A SAÚDE FÍSICA E MENTAL



Fotos: Acervo pessoal



Vinícius Braga

O “Programa Segundo Tempo” é um projeto de extensão da Coordenação de Esporte da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (PROECE) da Universidade Federal de Jataí (UFJ), cujo objetivo é implementar atividades físicas para a comunidade interna e externa, incluindo o esporte no processo de escolarização de jovens e adultos.

“A iniciativa visa democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte educacional, além de promover o desenvolvimento integral de cidadãos e a melhoria da qualidade de vida”, pontua a coordenadora do projeto, professora Angela Rodrigues Luiz.

O programa possui um núcleo na UFJ, contemplando aulas de dança, futsal, natação, vôlei e lutas, além de dois núcleos em escolas municipais, com aulas de dança, futsal e vôlei. Outro objetivo apontado pela docente é combater o sedentarismo infantojuvenil.

“Nas escolas, nós criamos desafios que tiram os estudantes da zona de conforto durante as atividades, o que desperta o interesse, estimula o aprendizado e transforma o

ambiente em um espaço motivador”, explica.

Ela ressalta, ainda, outros benefícios das atividades para a saúde física: aumento da consciência corporal, melhora da imunidade e do condicionamento físico, além de colaborar para o desenvolvimento da coordenação motora e do sistema cognitivo, influenciando no melhor desempenho em todas as demais disciplinas.

## Interação

Atualmente, o Programa Segundo Tempo conta com 320 inscrições no Núcleo Universitário, 75 inscrições no Núcleo Padrão da Escola Municipal Antônio Tosta e 30 inscrições no Núcleo Padrão na Escola Municipal Auta de Souza. A meta, segundo a coordenadora, é alcançar 100 inscritos em cada Núcleo Padrão.

Além das aulas, o projeto promove o desafio de integração entre as Pró-Reitorias e o Núcleo de Práticas Corporais (NPC) para a realização de atividade física no ambiente universitário. “Quase sempre, o trabalho dei-

xa o corpo sedentário e muitos servidores desconhecem que temos na cidade universitária um polo esportivo, com práticas variadas e gratuitas”, pontua.

Os acadêmicos, docentes, servidores técnico-administrativos, funcionários terceirizados e a comunidade externa realizam as aulas juntos. As atividades acontecem no Campus Jabotá/UFJ e não há limite de atividades para os inscritos. As aulas são realizadas nos turnos matutino e vespertino, duas vezes por semana, e os amistosos são agendados com antecedência entre as escolas e a universidade.

“Enfim, há relatos muito satisfatórios de alunos que passaram pelo projeto, no sentido de melhorar a saúde física e mental. Isso demonstra a importância dele na vida dos inscritos e a necessidade de darmos continuidade a esse trabalho que promove a cultura do esporte educacional, além de oportunizar a formação (de maneira indireta) de atletas”, finaliza Angela Rodrigues Luiz.

# DESCASO COM INSALUBRIDADE NA UFG SE ARRASTA E COLOCA EM RISCO A SAÚDE E A SEGURANÇA DE SERVIDORES

ADUFG-SINDICATO TEM INTENSIFICADO COBRANÇA DA PAUTA PARA QUE OS PROBLEMAS RELACIONADOS À INSALUBRIDADE SEJAM EFETIVAMENTE RESOLVIDOS

Texto: Rafael Vaz e Vinícius Braga  
Colaboração: Lígia Saba

Com o objetivo de obter uma solução definitiva para os problemas relacionados ao pagamento dos adicionais de insalubridade aos professores e técnicos que atuam em ambientes insalubres na UFG, o Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) e o Sindicato dos Trabalhadores Técnicos-Administrativos em Educação (Sint-Ifesgo) intensificaram a cobrança junto à Reitoria da instituição de ensino. Diversas reuniões já foram realizadas nos últimos meses.

Os adicionais ocupacionais, estabelecidos na legislação vigente, são formas de remuneração do risco à saúde. Ou seja, são concedidos aos profissionais que exercem atividades, que - por sua natureza, condições ou métodos de trabalho -, fiquem expostos a agentes nocivos à saúde.

Em fevereiro, as duas entidades cobraram, por meio de ofício, esclarecimentos sobre o cronograma de adicionais apresentado pela universidade. No documento, os sindicatos também questionaram qual a metodologia que será adotada para aferição dos benefícios. Também foi solicitado que a UFG explique como será realizado o processo, o que será observado e quais os materiais disponíveis para as análises.

As duas entidades sindicais questionaram, ainda, quais as normas reguladoras que serão utilizadas nas avaliações, bem como se há capacidade para que todas elas sejam integralmente consideradas e valoradas na emissão dos laudos. Por fim, Adufg-Sindicato e Sin-

t-Ifesgo pediram que a UFG explique qual será a metodologia de recursos e revisões dos laudos e como serão feitas as análises dos recursos. Como resposta, a Reitoria da UFG informou que “o cronograma para o ano de 2023 será elaborado pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e pela Diretoria de Atenção à Saúde do Servidor, ouvidos o Grupo de Trabalho Estratégico de Adicionais Ocupacionais e Conversão de Tempo Especial para Aposentadoria e o Observatório para Adicionais Ocupacionais”. A instituição de ensino também afirmou que “as demais questões apontadas também serão pauta de discussão nos referidos grupos”.

Para o presidente do Adufg-Sindicato, professor Geci Silva, os problemas relacionados ao pagamento dos adicionais precisam ser solucionados o quanto antes. Ele também ressalta que o benefício deve ser garantido aos profissionais que atuam em locais considerados insalubres e que, por isso, têm a saúde ameaçada. “Já realizamos, enquanto entidade que representa a categoria docente, diversas ações para fazer com que os problemas dos adicionais ocupacionais sejam solucionados. É um direito do profissional que, além de contribuir tanto com a sociedade por meio das suas atividades, ainda precisa se expor aos mais diversos riscos”, afirma.

Em dezembro, a UFG foi questionada pelo Jornal do Professor sobre a questão. Na ocasião, o vice-reitor e presidente do Observatório de Insalubridade, professor Jesiel Freitas, explicou que várias solicitações estavam

em situação de espera, já que trata-se de um processo contínuo. “Nos últimos anos, a taxa de emissão de pareceres em relação aos adicionais teve um grande aumento. Visando agilizar esse processo, existem hoje na UFG uma série de providências em andamento”.

## Saúde em risco

“No laboratório, a gente se sente bastante inseguro e vulnerável. Trabalhamos com produtos perigosos que não estão em um ambiente adequado. Pelo contrário, eles ficam em prateleiras expostas, correndo o risco, inclusive, de explosões”. A afirmação é da professora Tânia Aparecida Ferreira, da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás (Fanut/UFG), sobre o Laboratório de Nutrição e Análise de Alimentos (LANAL/UFG), e expõe os riscos de uma das unidades que sofrem com problemas envolvendo insalubridade.

Em 2013, foi realizada uma inspeção pelo Corpo de Bombeiros no local e apontou uma série de questões que deveriam ser resolvidas, como: extintores vencidos e sistema de combate a incêndio. Os problemas se arrastam por anos e ainda não há soluções efetivas, o que coloca em risco a saúde e a segurança dos servidores. “São situações corriqueiras no nosso ambiente de trabalho e que a universidade deixa a desejar neste aspecto. É preciso levar mais a sério as medidas de segurança”, complementa o técnico do LANAL, Tiago Dias.

Segundo ele, no local, onde funcionam as aulas práticas e pesquisas, há mais de 140



Foto: Raphael Dourado

Professores e técnicos atuam expostos a agentes químicos



Foto: Erik Ely

*Lames recebe, mensalmente, 1,2 mil litros de combustível para análise. Do total, mais de 500 litros que sobram ficam armazenados no depósito do local*

produtos diferentes, muitos deles bastante voláteis e tóxicos, que evaporam mesmo tapados. Como consequência, ele relata irritação nas mucosas nasais, alergia nos olhos e dores de cabeça com certa frequência.

A professora conta, ainda, que chegou a perder as digitais das mãos por um tempo devido ao manuseio de uma das substâncias do laboratório, mesmo usando luvas. “Estamos em constante contato com esses produtos e isso nos deixa bastante inseguros em relação ao nosso trabalho”, diz. Uma das soluções, segundo a docente e o técnico, é haver uma sala de reagentes ou almoxarifado para que os produtos mais perigosos sejam colocados.

### Segurança

Outra necessidade apontada por eles é sobre um abrigo de resíduos. O laboratório não possui um espaço adequado para que os materiais usados nas pesquisas sejam armazenados, o que compromete ainda mais a segurança no local. “Os resíduos ficam em um armário. Inclusive, recentemente, presenciamos uma explosão de um dos frascos. Por isso, reforçamos a urgência de construir um abrigo para estes materiais”, ressalta o técnico.

Ele aponta também problemas relacionados ao combate de incêndios. Não há sistema de sprinkler, por exemplo, que é um conjunto de pequenos chuveiros hidráulicos ligados a um sistema de bombeamento de água, em caso de incêndio. “Outro fator agravante é que estamos no piso superior e não há saída de emergência. Algo que pode colocar a vida de todos em risco”, acrescenta Tiago.

O técnico e a docente levantam outra questão sobre a insalubridade: a desigualdade do adicional entre servidores que executam a mesma função. A docente, por exemplo, recebe 20% de adicional. Já Tiago, recebe 10%. “Sem falar no tom de ameaça que recebemos relacionadas à revisão dos adicionais. Para manter o adicional, estão pedindo que todos os equipamentos tenham manuais com mais

informações. Vale lembrar que há material muito antigo, que nem possui manual mais”, afirma a docente.

### Lames

No Laboratório de Métodos de Extração e Separação (Lames) do Instituto de Química (IQ) da UFG a situação não é diferente. “A exposição aqui é bastante complicada. Recebemos, por mês, 1,2 mil litros de combustível para análise. Após o procedimento, sobram cerca de 500 a 600 litros, que ficam armazenados no depósito”, explica o coordenador do local, professor Nelson Roberto Antoniosi Filho.

O docente também explica que vários servidores adoeceram no trabalho. “No Instituto de Química, por exemplo, o número não é pequeno. Inclusive, vários permanecem doentes. Todos eles são vinculados à atividades com exposição ocupacional”, disse.

A situação da estrutura física dos prédios também é preocupante. A maior parte foi construída há várias décadas. “Alguns prédios não tem ventilação e isso é um problema muito sério porque causa concentração de gases e todos nós ficamos expostos. É fácil verificar que muitos servidores que trabalham nesses locais adquiriram doenças relacionadas à exposição”, garante um docente que prefere não se identificar.

Um dos locais com a estrutura mais precária é o Instituto de Química. No local, além de combustíveis, há outros produtos, como plásticos para fragmentação, que acabam gerando gases tóxicos. “A exposição é contínua. Trabalhamos com reagentes que são carcinogênicos. Estamos expostos a tudo isso”, declara Nelson Antoniosi.

### Cobranças

Em setembro de 2022, o Adufg-Sindicato e o Sint-Ifesgo encaminharam um documento à Reitoria da UFG. Nele, foram destacados diversos problemas relacionados à insalubridade.

Entre eles, a forma como as avaliações para concessão dos adicionais é conduzida; a existência de um formulário de avaliação distante da realidade dos servidores; contradições nas concessões, com emissão de laudos semelhantes com decisões diferentes; falta de definição clara e transparente das instâncias recursais das decisões tomadas pela UFG; e falta de melhorias efetivas na infraestrutura dos laboratórios e espaços insalubridades.

### Mobilização

Em janeiro deste ano, durante reunião com diretores de unidades acadêmicas, da UFG os dois sindicatos afirmaram que vão continuar buscando mecanismos administrativos e jurídicos para que a questão dos pagamentos dos adicionais, bem como os problemas de segurança, sejam solucionados de forma definitiva. Na ocasião, o diretor administrativo do Adufg-Sindicato, professor Flávio Silva, alertou para a gravidade do assunto. “É uma questão que já se arrasta há muito tempo. Temos priorizado esse assunto e não mediremos esforços para resolvê-lo”, assegurou.

As entidades também anunciaram que permanecerão insistindo para que a Reitoria apresente, de fato, medidas efetivas. Também estão previstas campanhas de divulgação da situação injusta pela qual docentes e técnicos têm enfrentado no exercício de suas funções.

### UFCAT e UFJ

No ano passado, o Adufg-Sindicato e o Sint-Ifesgo também cobraram solução para os problemas relacionados ao adicional de insalubridade na Universidade Federal de Catalão e na Universidade Federal de Jataí. Na época, a UFCAT garantiu a contratação de uma engenheira de segurança do trabalho para fazer as avaliações necessárias. A UFJ, por sua vez, afirmou que tentava uma parceria com o Instituto Federal de Goiás (IFG) para que um engenheiro realizasse as avaliações e emitisse laudos.

# CENTRO DE REPRODUÇÃO HUMANA DO HC-UFG: ESPERANÇA PARA CASAIS QUE DESEJAM ENGRAVIDAR

COM EQUIPAMENTOS DE ÚLTIMA GERAÇÃO, O SERVIÇO DISPONIBILIZA PROCEDIMENTOS DE REPRODUÇÃO ASSISTIDA À COMUNIDADE

Lígia Saba

Inaugurado em 1989, o Centro de Reprodução Humana do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás (HC-UFG) é um programa de extensão, ofertado pela universidade à comunidade em geral. O objetivo é proporcionar tratamento adequado para casais de baixa renda que possuem problemas de infertilidade e desejam engravidar.

O centro conta com equipamentos de última geração, como ultrassons, utilizados na monitorização e coleta, uma incubadora Time Lapse, adquirida em 2019 para o acompanhamento do desenvolvimento embrionário por meio de fotos sequenciais do embrião. Além de uma Workstation (estação de trabalho), que mantém condições semelhantes a do útero, garantindo um ambiente seguro para o desenvolvimento embrionário.

Segundo o chefe do Centro de Reprodução, o ginecologista e obstetra Mário Approbato, o serviço é o único na região Centro-Oeste ofertado por uma universidade. “Além da parte assistencial, nós temos no centro o ensino e a pesquisa. Recebemos residentes e internos de diversas partes do Brasil que procuram uma especialização na área de reprodução humana ou que querem realizar pesquisas sobre o tema”, explica o médico.

Apesar de toda a dedicação da equipe que atende no local e da aquisição de equipamentos tecnológicos essenciais, o Centro enfrenta problemas básicos de infraestrutura. O único elevador disponível no local está parado a mais de um ano, também são comuns goteiras em algumas das salas, o que ameaça o bom funcionamento das máquinas. A burocracia que envolve a solicitação de reparos na estrutura e a falta de investimentos, muitas vezes, dificultam a realização dos procedimentos.



Foto: Erik Ely

*Equipamentos tecnológicos são essenciais para a sucesso dos tratamentos*

## Tratamentos

São oferecidos tratamentos de alto custo para pessoas sem condições financeiras para realizá-los em instituições particulares, onde os valores são mais elevados. “A maioria das universidades no país oferecem para as pacientes apenas tratamentos básicos e primeiras consultas. Enquanto em países europeus são oferecidos serviços de ponta para a população, no Brasil, ainda estamos engatinhando nesta área quando pensamos fora dos hospitais particulares”.

Desde sua inauguração, funcionando durante 10 anos como laboratório experimental, com serviços de baixa complexidade, como inseminação artificial, até os mais complexos, como inseminação *in vitro*, o Centro de Reprodução já ajudou a realizar o sonho de inúmeros casais. É o caso do Thiago Casé e da Renata Pereira. Aos 16 anos, ela passou por uma cirurgia de remoção do útero e encontrou na reprodução assistida um caminho para a maternidade.

“Logo que eu conheci o Thiago e nós começamos a namorar, ele já falava sobre ter filhos e sabia que eu não poderia passar pela gestação. Quando decidimos que era o momento para a maternidade, eu procurei um posto de saúde e solicitei o encaminhamento para o HC. Fiquei cerca de um ano na lista de espera e fui chamada para a primeira consulta”, conta Renata.

## Sonho realizado

A técnica utilizada no caso foi a fertilização *in vitro*, que consiste na união do espermatozoide com o óvulo em ambiente laboratorial para formação do embrião, que depois foi introduzido no útero de Raíssa Pereira, irmã de Renata. Passando pela gestação, Raíssa conta que desde a cirurgia de remoção do útero da irmã esteve sempre disposta a realizar o procedimento para que Renata pudesse realizar o sonho de ser mãe.

“O que eu mais escuto é ‘você vai ter coragem de dar a criança?’. Muitas pessoas não entendem que eu não estou dando, eu estou devolvendo. O filho não é meu. Neste sentido, eu achei muito importante a forma como toda a equipe do HC esteve sempre disposta a nos explicar o procedimento de maneira simples para que pudéssemos compreender todos os detalhes”, diz Raíssa.

Mesmo com algumas dificuldades encontradas no caminho, como a demora para a realização de alguns exames, a precariedade de certos equipamentos e os estresses do tratamento, Renata, Tiago e Raíssa ressaltam a humanidade com que foram realizados os procedimentos e as consultas, além da questão financeira.

“Quando feito em hospitais particulares, esse tratamento não sai por menos de R\$ 25 mil. Lá no HC, o único gasto foi com remédios e com a parte laboratorial. Então, eu vejo que o lugar tem realizado o sonho de muitas mulheres que querem ser mãe e não possuem condições financeiras de realizar o procedimento em instituições particulares”, finaliza Raíssa.



Foto: Erik Ely

*Dr. Mário Approbato, chefe do Centro de Reprodução*

# DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA UFG ENFRENTA DÉFICIT DE PROFISSIONAIS E PROBLEMAS DE ESTRUTURA FÍSICA

UNIDADE ATENDE MAIS DE 100 CRIANÇAS E NÚMERO PODE AUMENTAR COM O INÍCIO DO ANO LETIVO

Vinícius Braga/ Rafael Vaz

O Departamento de Educação Infantil da Universidade Federal de Goiás (DEI-UFG) funciona como espaço de construção do conhecimento, no qual são desenvolvidos diversos projetos. Vinculada ao Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (Cepae), a unidade surgiu - ainda como Creche da UFG -, em 1989, como resultado de reivindicações trabalhistas de mães por um local adequado em que pudessem deixar seus filhos enquanto trabalhavam na universidade. No entanto, a partir de 2013, o local passou a atender a comunidade em geral.

Atualmente, a unidade conta com 102 crianças matriculadas em jornada integral e parcial na Educação Infantil. O número pode aumentar com o início do ano letivo, em abril de 2023, conforme prevê o edital de vagas da UFG. O DEI também se insere nas atividades acadêmicas da universidade, como efetivo campo de observação e prática pedagógica para os estágios curriculares obrigatórios dos cursos de licenciatura em Pedagogia, Educação Física, entre outros. Também funciona como espaço de estágios curriculares não obrigatórios.

## Desafios

Para realizar suas atividades, o Departamento de Educação Infantil da UFG tem enfrentado diversos desafios. O local sofre, entre outros problemas, com número insuficiente de docentes para a realização do trabalho pedagógico. No total, são 11 professoras do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), dentre as quais uma docente assume a função de chefia de departamento/coordenação pedagógica e dez estão distribuídas em dez grupos de crianças, nos turnos matutino e vespertino. “Cada professora assume um grupo de crianças, de forma que, para isso, há a emissão de uma portaria que as estabelece como responsáveis legais daquele grupo durante o ano”, explica a coordenadora do local, professora Bárbara Souza.

Uma das formas de contornar o déficit de docentes e garantir o funcionamento integral do departamento é a presença de estagiários, bolsistas e professores substitutos. Porém, a docente acrescenta que não há estagiários suficientes para compor todos os grupos (são apenas cinco) e não há confirmação da continuidade das bolsas de estágio para todo o ano de 2023.

Também foi anunciada pela direção do CEPAE e da Pró-Reitoria de Adminis-



Fotos: Raphael Dourado

*Presidente do Adufg participa de reunião com docentes do DEI-UFG. Local enfrenta problemas estruturais e déficit de servidores*

tração e Finanças (PROAD) a impossibilidade de continuar o Projeto de Ensino “Práticas Pedagógicas na Educação Infantil”, que previa a inserção de oito bolsistas na unidade.

Em relação à contratação de professores de vínculo efetivo e/ou substituto para reconstituir o quadro docente, a coordenadora destaca que foram feitas diversas reuniões com a reitoria da UFG e a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), mas sem perspectiva de contratação.

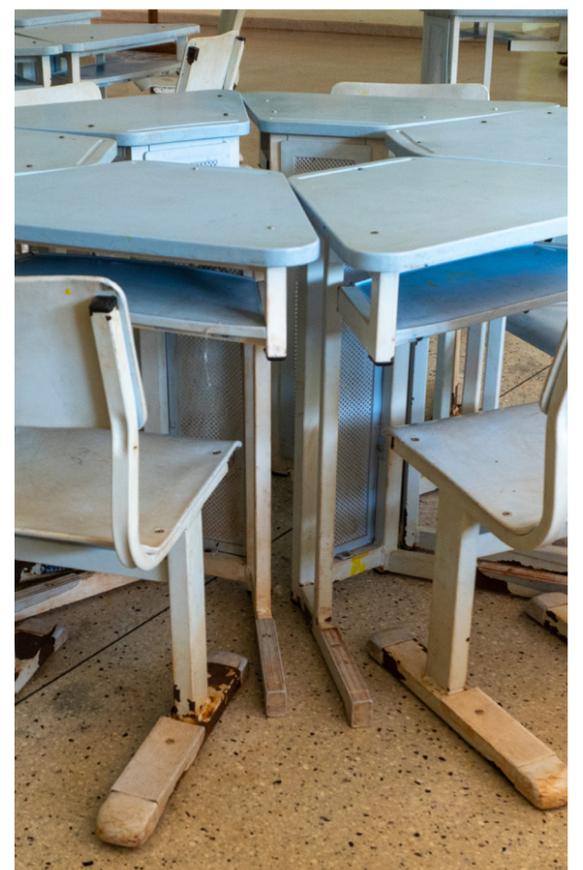
## Estrutura física

O Departamento de Educação Infantil da UFG também enfrenta outros problemas. Em visita ao local, foi possível constatar paredes com mofo, telhas quebradas, extintores vencidos, biblioteca sem livros e banheiros estragados. O presidente do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato), professor Geci Silva, visitou a unidade e participou de reunião com professores que atuam no departamento.

Na reunião, as docentes explicaram que a precarização das condições de trabalho têm provocado o adoecimento das profissionais que atuam no local. Também ressaltaram que não contam com condições para a realização de pesquisa e extensão, apesar de serem cobradas nas suas

avaliações de desempenho.

Geci ouviu atentamente as demandas e, em seguida, procurou a UFG para cobrar soluções aos problemas. A Reitoria da UFG se comprometeu a buscar soluções imediatas para as questões e, assim, garantir segurança às crianças, bem como melhores condições de trabalho às docentes.



# PESQUISA DA UFG SOBRE MÉTODOS ALTERNATIVOS AO USO DE ANIMAIS GANHA PREMIAÇÃO INTERNACIONAL

ARTUR CHRISTIAN GARCIA DA SILVA CONQUISTOU O PRÊMIO COM UM MODELO PULMONAR HUMANO, DESENVOLVIDO EM LABORATÓRIO

Fotos: Acervo pessoal

Lígia Saba

Pela terceira vez, um estudo desenvolvido por pesquisador do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Toxicologia *In Vitro* (Tox In), da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Goiás (UFG), está entre os premiados da edição de 2022 do Lush Prize. A premiação bianual é patrocinada pela empresa de cosméticos britânica Lush, e já teve ganhadores da universidade em edições anteriores.

O Lush Prize enaltece iniciativas, em toda a ciência, que buscam acabar ou substituir a realização de testes em animais, principalmente na área de pesquisa toxicológica. Contemplado na categoria Jovem Pesquisador, o farmacêutico e pesquisador da UFG, Artur Christian Garcia da Silva, conquistou a premiação com um modelo pulmonar humano, desenvolvido em laboratório, que avalia a resposta do órgão a substâncias químicas que podem causar asma alérgica quando inaladas.

“Para a realização da pesquisa e análise de substâncias químicas, nós não utilizamos nenhum experimento com modelo animal. A partir do uso de células humanas, foi construído no laboratório um mini pulmão artificial. Essa técnica recebe o nome de engenharia de tecidos e se baseia no uso de células de origem humana para a construção de modelos artificiais, neste caso, representando parte do sistema respiratório”, explica.



*Pesquisador, Artur Silva, e sua orientadora, Marize Valadares, responsáveis pelo desenvolvimento do projeto premiado*

Ainda sobre o estudo, Artur Silva conta que trabalhadores de fábricas de plástico, de polímeros sintéticos e de revestimento sofrem maior risco de contrair doenças pulmonares. “Ao longo dos anos, os trabalhadores destas indústrias passam por exposições diárias a uma série de substâncias químicas que, com o tempo, causam o desenvolvimento de doenças respiratórias associadas ao trabalho, como a asma alérgica”.



*A pesquisa foi inteiramente realizada com recursos da UFG*

## Pesquisa

A pesquisa foi um desdobramento da tese de doutorado do estudante, que teve como orientadora a professora e doutora Marize Campos Valadares, finalista na categoria Lobby da premiação. Reconhecida por seu trabalho desenvolvido no Brasil e na América Latina sobre metodologias *in vitro* em substituição ao modelo animal, a coordenadora do Tox In já fez parte de outros trabalhos premiados na categoria Jovem Cientista em 2017 e Treinamento e Educação em 2018.

“Dentro desta premiação, nós concorremos com pesquisadores e cientistas de grandes centros de pesquisa do mundo todo e a UFG conquistou o primeiro lugar. Isso mostra que a pesquisa feita por nós aqui na universidade, financiada pelo Brasil, tem a mesma capacidade competitiva que as pesquisas realizadas em grandes centros internacionais”, destaca Artur.

O vencedor da premiação falou, ainda, sobre a utilização de modelos animais na pesquisa.

“Hoje, no Brasil, já existem vários órgãos que incentivam a substituição de modelos animais em pesquisas. O Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea) já publicou algumas resoluções recomendando o uso de metodologias alternativas. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) também já aceita experimentos feitos com tais metodologias para o registro de produtos na área da saúde”, ressalta o pesquisador.

Em 2018, durante seu mestrado na UFG, Artur Silva, conquistou uma premiação do Ministério da Ciência e Tecnologia por desenvolver uma córnea artificial para substituir os testes de irritação ocular. Em 2022, com a nova conquista, desta vez do Lush Prize, considerado o “Oscar” da ciência com modelos alternativos, o estudante se sente ainda mais realizado. Artur foi o único da América Latina a ficar entre os premiados da edição.

O prêmio Lush oferece um fundo global de bonificação. Em 2022, foram distribuídos 250 mil libras para os vencedores. Artur Silva ganhou 10 mil libras (cerca de R\$ 63 mil) e pretende utilizar o valor na compra de insumos necessários para continuação de seu projeto premiado.

# QUE OS VENTOS DO NOVO GOVERNO POSSAM SOPRAR PARA LONGE A DEFORMA PREVIDENCIÁRIA PRODUZIDA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL 103/2019: CINCO PONTOS PARA MUDANÇA



Elias Menta, advogado,  
assessor jurídico  
do Adufg-Sindicato

Os novos ventos proporcionados pela eleição do governo que subiu a rampa do Planalto no início de 2023 e tomou posse pelas mãos do grupo de pessoas que são bastante representativas do nosso povo sinalizam uma mudança de perspectiva. O governo passado ficou marcado por declarações ofensivas, no sentido de que o servidor era parasita e o hospedeiro estava morrendo, que haviam colocado uma granada no bolso do inimigo (servidores) para não terem aumento de salário e pediu ainda para não assaltarem (os servidores) o Brasil enquanto o gigante estava de joelhos, para um governo que historicamente respeita e mantém diálogo com as categorias viabilizando que uma série de pautas possam ter avanços.

Nesse sentido, a reinstalação da mesa de negociação permanente com os servidores públicos, representados por suas entidades, já é um bom começo de demonstração de mudança de perspectivas, o que deve ser confirmado com alguma reposição salarial imediata e quiçá algum aumento real após a superação do abismo provocado pela inflação no poder de compra dos servidores que, em sua maioria, não viram qualquer reposição salarial na gestão do último mandatário.

Por evidente, nem tudo são flores e, ainda no primeiro semestre, a pauta da previdência e todo o estrago que fora feito nela com a emenda constitucional [EC] n. 103/2019, merece muito ser revista e o debate aprofundado para promover correções estruturais que estão condenando um quantitativo enorme de servidores e servidoras do regime próprio para um cenário de absoluta escassez.

Evidente que não desconhecemos que fora na gestão do mesmo Presidente Lula, que novamente ocupa a presidência, que fora aprovada e promulgada a EC n. 41/2003 que retirou a paridade e integralidade dos servidores, sendo algumas de suas regras suavizadas com EC. n. 47/2005, mas por tudo que foi e vem sendo discutido desde a promulgação da Constituição de 1988, parece-nos

impossível conviver e aceitar algumas das mudanças que foram implementadas pela EC n. 103/2009, merecendo, em verdade, sua ampla revogação.

Como a ideia desse texto é apontar alguns dos principais problemas e, porque não, formular pedidos, iniciamos apontando a necessária mudança da regra das pensões, para que o regime de cotas seja revisto junto com as faixas etárias que estabelecem o tempo de pagamento, viabilizando que se entregue cem por cento do benefício que o servidor teria direito para os seus dependente/beneficiários.

O segundo ponto que merece ser revisto é aquele que instituiu a proibição de acumulação de aposentadoria com pensão no mesmo regime, que tem um dos maiores impactos já vistos para casais de servidores públicos desconcertando de forma irracional e absurda um mesmo núcleo familiar que acabara de sofrer a perda de um deles. Ilustremos o caso, dois servidores casados, com média de aposentadoria na faixa de 15 mil reais, o que implica em um núcleo familiar com expectativa e planejamento de vida na ordem de 30 mil, sendo que com o falecimento de um deles, se conservará a totalidade da aposentadoria maior e se acrescerá uma pensão que obedece a um escalonamento por faixas e tende a dar nesse exemplo algo próximo a 4 mil reais, ou seja, do dia para noite, além da imensa perda familiar, se tem uma redução de recursos do núcleo de 30 para 19 mil, implicando em uma perda imediata na ordem de 36,5 por cento.

O terceiro ponto de urgente observação é o restabelecimento das regras de transição utilizadas anteriormente, principalmente à ideia da soma da idade com o tempo de contribuição para atingir determinada pontuação, eis que com essa simples mudança se resolve tanto o problema de quem se ativou muito cedo no mercado de trabalho e, por tanto, conta com muito tempo de contribuição, mas nem tanto de vida, quanto o problema daqueles que se ativaram tarde e

contam com muito tempo de vida e nem tanto de contribuição, equalizando essas disparidades.

Outro ponto de necessária correção é a fórmula de cálculo do benefício que deve sair do atual modelo que considera todo o período de contribuição e ainda aplica fatores redutores conforme os anos trabalhados para, ao menos, a antiga regra da média aritmética das oitenta por cento maiores contribuições efetivadas após julho de 1994, vez que no formato atual notamos perdas que podem chegar a quarenta por cento da última remuneração.

Já que a ideia é apontar nesse texto cinco pontos que nos parecem de necessária mudança rápida, faremos agora o último e duplo apontamento, que é a alteração das alíquotas da contribuição ao regime próprio e a restituição do duplo teto para sua incidência, ou seja, que a alíquota saia dos quatorze por cento que tem se aplicado agora para, ao menos, os antigo onze por cento, voltando a incidir, no caso daqueles servidores e servidoras que possuem as doenças graves elencadas em Lei que garantem a isenção de imposto de renda apenas sobre o valor que excede ao dobro do teto do Regime Geral de Previdência Social, teto este que atualmente é na ordem de sete mil e quinhentos reais.

Tais apontamentos buscam correções que atendem em especial os aposentados que tiveram suas concessões realizadas há mais tempo, pois foram brutalmente atacados pela reforma que em alguns casos teve o impacto de perda imediata da capacidade econômica, produzindo a redução de seus proventos líquidos e, por tanto, com menos recurso e absoluta impossibilidade de reinserção em atividades produtivas, infelizmente, tiveram que abrir mão da manutenção de assistências como o plano de saúde ou outras modalidades de garantia de tratamento médico.



## INFORME JURÍDICO

### Nota técnica sobre portaria com regulamentação de regras para aposentadoria no Regime Próprio de Previdência

O escritório Bordas Advogados Associados, que integra a assistência jurídica ao Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato), elaborou uma nota técnica sobre

a portaria nº 10.360, de 6 de dezembro de 2022, que passou a disciplinar a concessão, a manutenção e o pagamento de aposentadorias no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social da União (RPPS). O documento mostra a existência de aspectos ambíguos e ilegais, que apontam para a necessidade de revisão da norma.

De acordo com a nota técnica, a alteração relativamente à necessidade do servidor próximo aos 75 anos de idade requerer aposentadoria voluntária para

escapar das novas regras da aposentadoria compulsória viola o princípio da legalidade e do melhor benefício que deve ser concedido. “O prazo de 90 dias estabelecido pela normativa para instaurar o processo não tem previsão legal, assim como é ilegal a negativa de pagamento das diferenças remuneratórias quando houver eventual revisão da modalidade de aposentadoria”, diz o texto.

A íntegra da nota técnica está disponível em [www.adufg.org.br](http://www.adufg.org.br).

## SEDE ADMINISTRATIVA DO ADUFG-SINDICATO INAUGURA SISTEMA DE ENERGIA SOLAR

A sede administrativa do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) passa a contar com um sistema de geração de energia solar fotovoltaica. O sistema foi inaugurado no dia 26 de janeiro.

O presidente do Adufg-Sindicato, professor Geci Silva, destaca que, além da economia, a iniciativa leva em conta a sustentabilidade. “A energia solar fotovoltaica é uma fonte renovável, que não causa prejuízos para a na-

tureza. Ela não depende de uma grande área de instalação, seus resíduos são eliminados para que não haja poluição ambiental e, assim, podemos evitar também o desmatamento e outros impactos negativos”.



Foto: Erik Ely

## EM PARCERIA COM MST-GO, ADUFG-SINDICATO PROMOVE FEIRA SEMANAL DE ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS

O Adufg-Sindicato fechou uma parceria com representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Goiás, residentes do Assentamento de Canudos, para promover semanalmente uma feira de alimentos agroecológicos. A feira é realizada toda quarta-feira, entre 9h e 15h, no quiosque da entidade (entrada pela Rua 229, Setor Leste Vila Nova).

Interessados em adquirir a variedade de alimentos podem optar pela compra a granel, kits ou pedidos a serem negociados diretamente com os produtores. No ato da compra, o pagamento deve ser feito via PIX ou dinheiro.

Também é recomendado que os consumidores tragam suas próprias sacolas ou caixas para diminuir a produção de lixo.

Os alimentos são resultado do trabalho realizado no Assentamento de Canudos, próximo à Palmeiras de Goiás (GO). Coordenado por Valdir Misnerovicz e Ludmilla Luciana de Carvalho, o projeto “Unidade de Produção Agroecológica Colmeia” é desenvolvido no assentamento desde 2019 e tem como principal objetivo a produção agroecológica e a comercialização de alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, para abastecer a população com insumos de qualidade.



Foto: Erik Ely

## ADUFG-SINDICATO PASSA A OFERECER AULAS DE PILATES AOS DOCENTES FILIADOS DE JATAÍ

O Adufg-Sindicato passou a oferecer aulas de pilates aos docentes filiados de Jataí. A atividade é ministrada pela fisioterapeuta Larissa Vilela, na sede da entidade em Jataí, em diferentes horários (manhã, tarde e noite).

Com benefícios para a saúde física e mental, o pilates é um método de exercício baseado no princípio de que cada indivíduo é responsável pelo

seu próprio corpo. A atividade tem o objetivo de auxiliar na postura, força, equilíbrio e alongamento, podendo ser praticada por qualquer pessoa.

Os interessados devem se inscrever pelos telefones (64) 3631-8363 e (64) 999523884. A sede do Adufg em Jataí fica localizada na Avenida Engenheiro Abel de Carvalho, nº 1.651, no Residencial Cylleneo França.



Foto: Erik Ely

# ESPAÇO SAÚDE DO ADUFG PASSA A OFERECER PRÁTICA DE MINDFULNESS

TÉCNICA MELHORA A QUALIDADE DE VIDA, ALÉM DE REDUZIR O ESTRESSE E A ANSIEDADE

O Espaço Saúde do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) passa a oferecer a prática de Mindfulness aos professores sindicalizados e seus dependentes. As atividades já iniciaram, mas as inscrições continuam abertas e podem ser feitas pelo e-mail [saude@adufg.org.br](mailto:saude@adufg.org.br). Ao custo de R\$ 50 por mês, as aulas são às quintas-feiras, das 16h às 17h30.

O Mindfulness é uma técnica que faz a integração entre corpo e mente, no sentido de reduzir o estresse, a ansiedade e até mesmo a depressão, aumentando o foco, a atenção e a produtividade. As aulas são ministradas pela fisioterapeuta Adriana Guerra.

“O objetivo principal é levar homens e mulheres à atenção plena. A técnica é destinada a todos aqueles que buscam melhorar a qualidade de vida, com menos estresse e ansiedade, e que tenham vontade de mudar a sua realidade mental e o seu estilo de vida”, explica a profissional.



Foto: Erik Ely

## AGENDA



### Sextart

O Adufg-Sindicato promove, no dia 3 de março, uma edição especial do Sextart, em comemoração ao mês da mulher. O evento será realizado a partir das 18h30, no Espaço Cultural, de Lazer e Saúde.

A programação contará com show da cantora Luciana Clímaco. Com 22 anos de carreira musical, a artista tem seu trabalho concentrado no samba de raiz, bem como no resgate de canções antigas.

A entrada para professores sindicalizados e dependentes é gratuita. Para convidados, o valor do ingresso é de R\$ 40.

Artista – Luciana Clímaco começou sua carreira em 2001 como vocalista e percussionista de uma banda. Em carreira solo, ela já se apresentou nos principais eventos culturais de Goiás, ao som de muito samba raiz. O cardápio do Sextart está disponível no site do Adufg-Sindicato. Basta acessar [www.adufg.org.br](http://www.adufg.org.br).



### Exposição

O Adufg-Sindicato recebe, entre 1º e 31 de março, a exposição “Trajetória”, com curadoria do professor José Carlos Batista Nogueira. A exposição conta com obras de diversos artistas. Todas elas baseadas em vivências, meio ambiente e estética contemporânea, sempre reverenciando o universo feminino.

A vernissage está marcada para o dia 8 de março, às 18h30. Estarão expostas obras dos seguintes artistas: Malu Silva, Gildo Teixeira, Lucélia Badan, Izilda Barros, Lúcia Nogueira, Giovanna Virgonalto, Carlos Henrique Kim, Cacilda Vitória, Susy Fernandes, Surama Bertolucci, B. Nogueira, MTMusse, Simone Marçal, Cristiane Brandão, Anne Motta e Fly Brandão.

A exposição Trajetória também integra a programação especial do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) em comemoração ao mês da mulher.



### Cine Clube Adufg

Confira a programação do Cine Clube Adufg para o mês de março. Os filmes são exibidos toda quinta-feira, às 17h30, no auditório da sede administrativa.

**02/03 – Sempre em Frente (Mike Mills)**

**09/03 – As Sufragistas (Sarah Gavron)**

**16/03 – Spencer (Pablo Larraín)**

**23/03 - Listen (Ana Rocha de Sousa)**

**30/03 - Ivan, o TerriRvel (Mário Abbade)**

# “SOU MUITO GRATA POR VIVER GRANDE PARTE DA VIDA NA UFG”

COM MAIS DE 40 ANOS DE HISTÓRIA DENTRO DA UNIVERSIDADE, PROFESSORA MARIA CLORINDA CONTA SUA TRAJETÓRIA

Lígia Saba

“Um verdadeiro professor é aquele que transmite o conhecimento que ele produz.” É assim que a professora da Escola de Veterinária e Zootecnia (EVZ) da Universidade Federal de Goiás (UFG), Maria Clorinda Soares Fioravanti, define a profissão que exerce há mais de 30 anos. Sempre dedicada ao ensino e à pesquisa, a docente acumula 43 anos de história dentro da universidade, onde ocupou desde o espaço de estudante até cargos de coordenação.

Toda essa trajetória começou em 1980, quando Maria Clorinda entrou na UFG, inicialmente como discente do curso de Física. Logo nos primeiros períodos, optou por mudar para o curso de Veterinária e se formou em 1986. Ela conta que foi durante a graduação que despertou a paixão pelo ensino e a vontade de voltar para a UFG como docente. “Você pode até mudar de curso, mas você não muda a sua vocação. Na Física ou na Veterinária, eu teria a mesma trajetória dentro da universidade, me tornando professora”.

Conhecida por sua personalidade forte, ela conta que tem “fama de brava” dentro da EVZ. Atuando em uma área historicamente dominada por homens, ela foi uma das sete mulheres a se formar em uma turma com mais de 40 homens. A professora acredita que o ambiente extremamente machista contribuiu para esta personalidade corajosa de expor seus pontos de vista. “Sempre tive que falar mais alto para ser escutada e respeitada”, ressalta.

Apesar de vivenciar diversas situações de machismo dentro do ambiente acadêmico, a docente conta que isso nunca a impediu de provar sua competência e de alcançar seus objetivos. Maria Clorinda foi a primeira e única mulher a dirigir a EVZ/UFG. Foi também a primeira diretora da Associação Brasileira de Buiatria e a primeira e única mulher a pre-



Foto: Raphael Dourado

*“Para que o Brasil possa se definir como um país desenvolvido, é imprescindível haver geração de conhecimento e a transformação deste conhecimento em bem estar social”*

sidir a Associação Latino Americana de Buiatria.

“Apesar de ainda se tratar de um ambiente machista, hoje nós vemos muitas mudanças nos cursos de agrárias. Na década de 2000, o número de homens e mulheres empatou e, em 2010, a quantidade de mulheres passou a ser superior no curso de Veterinária e, recentemente, na Zootecnia também”, explica.

## Pesquisa e extensão

Além do ensino, Maria Clorinda também se destaca

por sua atuação com a pesquisa e com projetos de extensão. A professora conta que o interesse pela produção de conhecimento começou junto com a vontade de lecionar, já que era necessária a realização de mestrado para assumir cargo de docência na UFG. Tendo sido a primeira Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação da EVZ, a docente se sente feliz em fazer parte do protagonismo da UFG tanto na pós-graduação e na pesquisa, quanto na inovação e transferência de tecnologia.

A extensão veio como

uma maneira de devolver para a sociedade todos os conhecimentos adquiridos dentro da universidade. Dentre os diversos programas coordenados pela professora, o que Maria Clorinda mais se orgulha é o Projeto Kalunga Cidadão. A iniciativa, organizada pela EVZ em parceria com mais nove unidades acadêmicas, tinha como objetivo promover ações comunitárias em diferentes áreas para melhorar as condições de vida de moradores do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, que abrange os municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás.

Segundo a docente, que acompanhou o processo de evolução da produção de conhecimento dentro da universidade, a UFG entra em outro patamar quando começa a fazer pesquisa. “Minha geração foi muito importante para essa transformação. Nós fazemos pesquisa para resolver os problemas da sociedade e para melhorar a qualidade de vida das pessoas”, declara.

## Desafios

Filha de mãe e pai com ensino superior, Maria Clorinda sempre teve o exemplo e o incentivo dentro de casa. Ela destaca a importância desta valorização do ensino no ambiente familiar “A educação é fator fundamental para ascensão social. Um dos grandes desafios que temos hoje na sociedade é ter lares onde a escolarização possa ser vista como meta para as famílias”.

Para além dos desafios da educação no país, a professora tem como um de seus objetivos estender a produção de pesquisas e conhecimentos da universidade para a sociedade. “Para que o Brasil possa se definir como um país desenvolvido, é imprescindível haver geração de conhecimento e a transformação deste conhecimento em bem estar social”, finaliza.